



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - PJES
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

PROCESSO PJECOR N.º: 0000177-23.2022.2.00.0808

UNIDADE JUDICIÁRIA: 6ª Vara Cível do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital

JUÍZES DESIGNADOS: Dr. Lucas Modenesi Vicente e Dr. Thiago Vargas Cardoso

ASSUNTO: Correição Virtual – 2022

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO VIRTUAL

6ª VARA CÍVEL DO JUÍZO DE SERRA/ES – COMARCA DA CAPITAL

Submeto aos ilustres membros deste Egrégio Conselho Superior da Magistratura a apreciação do Relatório de Correição Virtual levada a efeito na **6ª Vara Cível do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**, em atendimento aos termos da Portaria n. 011/2022 e do Edital n. 043/2022, disponibilizado no Diário Eletrônico do dia 13/06/2022.

1. METODOLOGIA UTILIZADA

A metodologia utilizada na presente Correição Virtual é fundamentada em relatórios analíticos gerenciais, com especificações de todos os processos da **6ª Vara Cível do Juízo de Serra/ES - Comarca da Capital**, fornecidos pelos sistemas de automação do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo.

Objetiva-se, pois, prevenir e corrigir irregularidades no uso e na alimentação do sistema informatizado de gerenciamento e movimento processual, permitindo, assim, adequada viabilidade do instrumento para as rotinas cartorárias e, conseqüentemente, a boa prestação jurisdicional.

Com efeito, a equipe correcional iniciou o exame qualitativo dos processos quanto às últimas movimentações e a situação temporal em que se encontravam, nos parâmetros definidos pelo artigo 15 do Código de Normas.

A correição ensejou, dessa forma, o levantamento prévio de dados sobre os processos que se encontravam com andamento paralisado, assim como aferição acerca da organização das atividades desenvolvidas na unidade e da eficiência e desempenho dos recursos humanos disponibilizados, para ao final perfilar recomendações e determinações de ajustes ao fiel cumprimento das leis e normas atinentes à hipótese.

2. ESTRUTURA FUNCIONAL

Juiz Responsável

Juízes	Vínculo	Ato
Lucas Modenesi Vicente	Designado	Ofício DM nº 387/2022 - 04/03/2022
Thiago Vargas Cardoso	Designado	Ofício DM nº 577/2022 - 07/04/2022


Servidores lotados

Servidor (a)	Cargo	Função
Ana Maria Rufino	Analista Judiciário - QS - Escrevente Juramentado	Chefe de Secretaria - Ato nº 432/15 - 12/06/2015
Julia Buticosky	Analista Judiciário - AJ - Direito	Chefe de Secretaria Substituta - Ato nº 430/19 - 02/07/2019
Adriana Lemos Tosta	Analista Judiciário - AJ - Direito	-
Stella Lima Soares	Assessor de Juiz	-

(Fonte: Sistema de Recursos Humanos em 05/09/2022)

A Lei Complementar Estadual nº 234/02 – Código de Organização Judiciária do Estado do Espírito Santo – prevê, como paradigma, a lotação de **04 (quatro) Analistas Judiciários 02 – Área Judiciária** para a 6ª Vara Cível do Juízo de Serra. Vê-se, daí, que o quadro funcional da secretaria da unidade encontra-se **incompleto**, não atendendo a previsão mínima estabelecida em lei.

Ademais, conforme Tabela de Lotação de Pessoal – TLP de todas as unidades administrativas e judiciárias do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo, disponibilizada pela Secretaria de Gestão de Pessoas no *site* do Tribunal de Justiça¹, a lotação paradigma para a Unidade também é de 04 (quatro) servidores, vejamos:

TABELA DE LOTAÇÃO DE PESSOAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO									
 TLP1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau do Poder Judiciário do Estado do Espírito Santo Referência: 01 de janeiro de 2022									
UNIDADES JUDICIÁRIAS DO APOIO DIRETO DO									
Grau	Tipo	Descrição da Unidade	UF	Município	LP	LOTAÇÃO REAL DOS EFETIVOS	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES QUE INGRESSARAM POR CESSÃO OU REQUISICÃO	LOTAÇÃO REAL DOS SERVIDORES SEM VÍNCULO	LOTAÇÃO REAL DE OUTROS SERVIDORES DE UNIDADES PRIVATIZADAS
1	B - CÍVEL	6ª VARA CÍVEL	ES	SERRA	4	3	0	1	0

1 Disponível em: http://www.tjes.jus.br/wp-content/uploads/TLP1_jan2022-PADR%C3%83O.pdf . Consulta realizada em 05/09/2022.

3. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DA UNIDADE

A estatística processual da unidade foi consolidada a partir dos sistemas informatizados utilizados para movimentação de todos os processos da Vara.

Processos distribuídos

Indicador	Total	Média/mês
Janeiro a dezembro de 2020	681	57
Janeiro a dezembro de 2021	1.181	98

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 05/09/2022)

Evolução do acervo

Ano	Acervo
2020	4.789
2021	5.272

(Fonte: Consulta ao Painel de Gestão em 05/09/2022)

Acervo atual

	Setembro 2022
Total	5.997
Suspensos ou sobrestado	87
Arquivados provisoriamente	65
Tramitação ajustada	5.845

(Tramitação ajustada: acervo real em movimento na unidade judiciária)

4. ESTATÍSTICA PROCESSUAL DO GABINETE

Processos concluídos

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade total de processos concluídos	1.557	584
Concluídos para sentença há mais de 100 dias	317	50
Concluídos para decisão há mais de 100 dias	387	43
Concluídos para despacho há mais de 100 dias	310	103
Concluídos para ato diverso há mais de 100 dias	5	1

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/09/2022)

Audiências

Indicador	1ª fase	2ª fase
Quantidade de audiências designadas	28	18
Quantidade de audiências designadas para mais de 4 meses	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/09/2022)

5. ANÁLISE DO PROCESSAMENTO

Tabela Processual Unificada – CNJ

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem migração de classe	0	0
Processos sem assunto	0	0

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/09/2022)

Processos sem movimentação há mais de 100 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos sem movimentação há mais de 100 dias	340	1.228

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/09/2022)

Petições pendentes de juntada há mais de 10 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Petições pendentes de juntada	7	25

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/09/2022)

Cartas precatórias não cumpridas no prazo de 60 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Cartas precatórias pendentes de cumprimento	15	23

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/09/2022)

Processos fora de cartório há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Processos fora de cartório ou em remessa externa	1	12

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/09/2022)

Mandados pendentes de devolução por parte de Oficial de Justiça há mais de 30 dias

Indicador	1ª fase	2ª fase
Mandados pendentes de devolução há mais de 30 dias	55	35

(Fonte: Consulta ao Sistema de Correição Virtual em 05/09/2022)

6. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE METAS

Meta 1 CNJ/2021 (Foco: Produtividade)

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Percentual obtido	Resultado
32,1%	Meta não cumprida

Meta 2 CNJ/2021 (Foco: Celeridade)

Identificar e julgar até 31/12/2021: Na Justiça Estadual: pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2017 no 1º grau e 90% dos processos distribuídos até 31/12/2018 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais.

Percentual obtido	Resultado
66,2%	Meta não cumprida

Meta 6 CNJ/2021 (Foco: Ações Coletivas)

Identificar e julgar até 31/12/2021: 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.

Percentual obtido	Resultado
166,7%	Meta cumprida

Meta 12 CNJ/2021 (Foco: Ações Ambientais)

Identificar e: Identificar e impulsionar 25% dos processos relacionados às ações ambientais distribuídos até 31/12/2020.

Percentual obtido	Resultado
266,7%	Meta cumprida

(Fonte:Núcleo de Processamento de Estatística - referente à Dezembro de 2021)

7. DESEMPENHO DA UNIDADE JUDICIÁRIA

7.1. Gabinete

A apuração sistêmica dos dados da unidade, consolidados até o dia 15/06/2022, revelou a existência de **1.557 (mil, quinhentos e cinquenta e sete)** processos em gabinete para análise do Magistrado, havendo **1.019 (mil e dezenove)** processos conclusos há mais de 100 (cem) dias.

Em nova consulta realizada no dia 05/09/2022, percebe-se que o acervo concluso obteve uma redução significativa, totalizando **584 (quinhentos e oitenta e quatro) processos** e o quantitativo de processos **com registro de excesso de prazo de conclusão também reduziu para 197 (cento e noventa e sete) feitos**.

Em suas informações, os MM. Juízes designados registraram que em março e abril de 2022, quando foram designados para atuar na Unidade até ulterior deliberação e, cientes da situação em que a unidade se encontrava, traçaram estratégias para amenizá-la e frear sua progressão, não obstante a cumulação de atribuições em suas respectivas unidades. Ademais, buscaram o auxílio da Força Tarefa (Ato Normativo 84/2019) para impulsionar os processos físicos conclusos para sentença e decisão há mais de 100 (cem) dias.

Diante dos dados atuais, verifica-se que a dedicação e o esforço dos Magistrados designados e sua equipe, somado ao auxílio da Força Tarefa, vem surtindo efeitos positivos para a Unidade.

Não obstante, recomenda-se que o Juízo continue adotando as medidas necessárias visando o impulsionamento dos processos paralisados em gabinete, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ.

Por fim, observa-se que as Metas CNJ 1 e 2 no ano de 2021 não foram cumpridas, contudo, no corrente ano, o percentual de cumprimento destas mostra-se satisfatório no momento, sendo recomendado ao Juízo que continue adotando as medidas necessárias visando o cumprimento integral das Metas CNJ no ano de 2022.

7.2. Secretaria

Analisando os dados extraídos tanto na 1ª fase quanto na 2ª fase da correição, foi possível verificar uma piora quanto às pendências verificadas, notadamente quanto aos processos sem movimentação há mais de 100 dias cujo quantitativo **subiu de 340 (trezentos e quarenta) para 1.228 (mil, duzentos e vinte e oito) feitos**.

Desse modo, deve a secretaria adotar as medidas necessárias visando o impulsionamento de todos os processos paralisados inadequadamente, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais.

Não obstante, mostra-se provável que o aumento significativo de processos paralisados em cartório se deve ao fato de muitos processos conclusos terem recebido impulsionamento em curto período, notadamente considerando o auxílio da Força Tarefa, o que pode ter sobrecarregado a secretaria da Unidade.

Assim, mostra-se razoável oficiar à eg. Presidência do Tribunal de Justiça, visando verificar a possibilidade de instalar um mutirão na secretaria da 6ª Vara Cível de Serra, objetivando reduzir o quantitativo de processos paralisados em cartório.

No que se refere aos processos em carga externa, recomenda-se à secretaria que mantenha o controle efetivo sobre os processos em carga, com cobrança mensal mediante intimação pelo e-Diário, por telefone, verbalmente ou por e-mail, conforme determina os artigos 376, §§ 4º e 5º e 399 a 401, ambos do Código de Normas. Para tanto, deverá lançar mão da ferramenta eletrônica “Painel de Prazos” no sistema e-JUD, o que otimizará buscas posteriores e a observância do prazo.

8. DETERMINAÇÕES

8.1 Aos Juízes Designados

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Situação da unidade judiciária	<u>Encaminhe</u> impreterivelmente no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado à Corregedoria Geral da Justiça quanto a adoção de todas as medidas correicionais direcionadas à Unidade;
	<u>Adote</u> , doravante, as orientações e medidas como rotinas de trabalho, fiscalizando, a observância, pelo cartório da alimentação dos sistemas informatizados;
	<u>Adote</u> as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento

Processos concluídos há mais de 100 dias	dos processos inseridos em referida situação; <u>Promova</u> o acompanhamento regular do acervo de processos concluídos, de modo que o tempo de resposta conferido aos pronunciamentos judiciais não exceda o prazo de 100 dias, conforme orientações do CNJ;
Metas Nacionais CNJ	<u>Monitore</u> , semanalmente, os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cumulo a propiciar seu integral atendimento.

8.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	DETERMINAÇÃO
Processos paralisados há mais de 100 dias	<u>Trabalhe</u> efetivamente todos os processos paralisados inadequadamente em cartório há mais de 100 dias, observando, preferencialmente, a ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação dos pronunciamentos judiciais, nos termos do artigo 153 do CPC;
Juntada de petições	<u>Regularize</u> a situação de todas as petições pendentes de juntada, de modo que o sistema represente fidedignamente a realidade cartorária; <u>Observe</u> , doravante, rigorosamente o prazo de até 10 (dez) dias para a juntada das petições protocolizadas na forma do artigo 234 do Código de Normas Judicial, promovendo, em qualquer situação, o adequado movimento taxonômico "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85), quando da juntada física;
Mandados expedidos	<u>Mantenha</u> rigoroso controle sobre os prazos para cumprimento dos mandados judiciais expedidos, em atendimento ao estabelecido no Código de Normas, <u>procedendo</u> a sua regular cobrança quando excedido o tempo para devolução, nos termos do inciso XVI, do artigo 438 do Código de Normas;
Processos em carga externa	<u>Providencie</u> a cobrança dos processos em carga por prazo excessivo; <u>Adote</u> , no monitoramento dos prazos em geral dos autos físicos, a ferramenta eletrônica "Painel de Prazos" no Sistema e-Jud (ou equivalente), o que otimizará buscas posteriores, sem prejuízo da utilização do "escaninho virtual respectivo" e correspondente organização cartorária física, anotando-se o tipo e a data de vencimento do prazo;
Cartas precatórias	<u>Observe</u> , no que diz respeito às cartas precatórias recebidas para fins de cumprimento, o disposto nos incisos XXIV, do artigo 438 do Código de Normas, de modo que tenham <u>prioridade de tramitação</u> ; comunique pela via eletrônica ou telefônica ao Juízo deprecante, em tal situação, o número de autuação da carta precatória e outros dados importantes para o cumprimento do ato solicitado, tais como a data de eventual audiência designada ou sobre a expedição de mandado; por fim, no que diz respeito exclusivamente às solicitações de atos citatórios/intimatórios deprecados, após a apuração do resultado das diligências dos oficiais de justiça, informe-as imediatamente por meio eletrônico ao Juízo

9. ORIENTAÇÕES GERAIS

9.1. Aos Juízes Designados

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Suspeição e Impedimento	<u>Observe</u> o Provimento n. 36/2019, alterado pelo Provimento n. 27/2020, que determina que as decisões de suspeição e impedimento proferidas nas suas respectivas unidades judiciárias sejam devidamente registradas pelos movimentos 12.150, 12.151 ou 269, conforme o sistema utilizado;
Processos físicos	<u>Utilize</u> os atos <i>judiciais</i> <i>dinâmicos</i> (despacho/mandado; decisão/mandado; julgamento/mandado; despacho/AR; decisão/AR etc.) existentes no sistema <i>e-JUD</i> , evitando-se o retrabalho para a unidade judiciária, conforme recomendação constante do Ofício Circular nº 70/2014.

9.2. À Chefe de Secretaria

EVENTO	ORIENTAÇÃO
Juntada de petições	<u>Proceda</u> a juntada de petições e AR's nos autos conclusos diretamente no gabinete do magistrado, abstendo-se de retirá-los indevidamente para qualquer fim, e se atentando a utilização do respectivo movimento taxonômico que não altera a ordem cronológica de conclusão, qual seja: "juntada de petição de #{tipo de petição}" (código 85);
Processos em carga	<u>Relacione</u> , mensalmente, todos os processos com carga não devolvidos no prazo conferido e <u>promova</u> a intimação do responsável, via Diário da Justiça, para proceder sua devolução em 3 (três) dias, comunicando ao Magistrado as hipóteses de retenção indevida, em observância ao artigo 399 e seguintes do Código de Normas;
Observância aos comandos exarados pelo Magistrado	<u>Fiscalize e implemente</u> , cuidando-se de despacho ou decisão que contenham diversos itens para cumprimento pelo cartório, <i>todas as determinações lançadas pelo Magistrado</i> , evitando-se, com isso, conclusões desnecessárias em prejuízo da celeridade do trâmite processual;
Processos aptos ao arquivamento	<u>Arquive</u> os processos findos, sempre que existentes, em caixa previamente preparada, utilizando-se o movimento "arquivado definitivamente" (código 246), uma vez que qualquer outra sistemática torna o acervo da serventia fictício.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A correção realizada possibilitou a percepção de que, dentro das condições em que se encontra inserida, a **6ª Vara Cível do Juízo de Serra/ES** necessita se adequar aos padrões delineados no presente procedimento para que a prestação jurisdicional seja realizada com a desejável presteza e organização, em que pese a melhora significativa verificada no gabinete da unidade após a segunda extração de dados.

Diante disso, foram traçadas algumas determinações à Sra. Chefe de Secretaria para que, em atenção as atribuições que lhe foram conferidas por lei, exerça a gerência administrativa do cartório, de modo que os feitos sejam impulsionados regularmente na conformidade da rotina laboral impedindo-se, assim, atrasos e represamentos injustificados na marcha processual.

Aos Juízes designados, por sua vez, foi determinado que adotem as medidas necessárias visando o impulsionamento/julgamento dos processos conclusos há mais de 100 (cem) dias, bem como monitore os dados estatísticos da unidade, assegurando uma tramitação célere e regular aos expedientes inseridos nas Metas Nacionais do CNJ, em cunho a propiciar seu integral atendimento.

Por fim, foi determinado aos Magistrados que apresentem **no prazo de 30 (trinta) dias, relatório detalhado** à Corregedoria Geral da Justiça, enunciando os resultados obtidos pela adoção de todas as medidas correcionais direcionadas à Unidade.

Outrossim, não se pode olvidar que a secretaria da **6ª Vara Cível do Juízo de Serra/ES** encontra-se com acúmulo de processos aguardando diligências, em razão de muitos processos conclusos terem recebido impulsionamento em curto período, especialmente após o auxílio da Força Tarefa (Ato Normativo 84/2019).

Desse modo, após a devida aprovação do presente Relatório, **determino** a remessa de cópia do presente e da resposta dos Magistrados à Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça para a adoção das medidas que entender pertinentes, notadamente quanto à possibilidade de instalar um mutirão na secretaria da 6ª Vara Cível de Serra, objetivando reduzir o quantitativo de processos paralisados em cartório.

Este é o relatório que me cumpria submeter ao crivo deste Colendo Conselho Superior da Magistratura.

Vitória/ES, 05 de setembro de 2022.

Desembargador CARLOS SIMÕES FONSECA

Corregedor Geral da Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS SIMOES FONSECA, CORREGEDOR**, em 16/09/2022, às 12:57, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sistemas.tjes.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1303494** e o código CRC **0D003B65**.